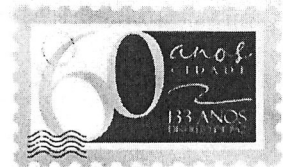


# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Lei nº 1.114 de 18 de Maio de 2023.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2024 e dá outras providências.

### ***O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DOCE***

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## **CAPÍTULO I**


### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2024, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – A estrutura e organização dos orçamentos;
- III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV – As disposições para transferências voluntárias e auxílios;
- V – As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - As disposições sobre a dívida pública municipal; e
- IX - As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

- a) metas fiscais elaboradas em conformidade com os §§1º e 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) riscos e eventos fiscais elaborados em conformidade com o §3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2024, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

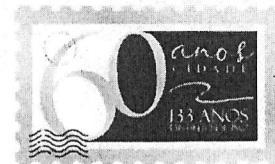
  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



§4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa, no mínimo, por:

- I - órgão e unidade orçamentária;
- II - função;
- III - subfunção;
- IV - programa;
- V - ação, atividade, projeto e operação especial;
- VI - categoria econômica;
- VII - grupo de natureza de despesa;
- VIII - modalidade de aplicação;
- IX - aplicação programada de recursos e origem das fontes de recursos.


Parágrafo único. Os grupos de despesa serão organizados segundo as categorias abaixo:

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Juros e encargos da dívida;
- III - Outras despesas correntes;
- IV - Investimentos;
- V - Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição;
- VI - Amortização da dívida; e,
- VII - Reserva de contingência.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - A concessão de auxílios financeiros, contribuições e de subvenções sociais e econômicas;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



II – Ao pagamento de precatórios e requisições de pagamento de pequeno valor expedidas pelo Poder Judiciário, e,

III – As despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da lei;

III – Quadros orçamentários consolidados;

IV – Anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

§1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – Evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;

II – Evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – Resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

IV – Resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;


V – Receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

VI – Receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;

VII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

VIII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal



X – Programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

§2º As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no art. 166, §3º, da Constituição Federal e na alínea “b” do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

- I - dotações com recursos vinculados;
- II - dotações referentes à contrapartida;
- III - dotações referentes a obras em andamento; e
- IV - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

§3º A proposta orçamentária de 2024 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

§4º A autorização a que se refere o §3º deverá observar limites distintos de abertura entre as diversas fontes previstas nos incisos I a IV do §1º do art. 43 da Lei nº 4320/1964, especialmente quanto a apuração de superavit financeiro e/ou excesso de arrecadação.


§4º O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§5º A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2024, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, b e § 3º, da Constituição Federal.

§6º Na elaboração da proposta orçamentária deverão ser observadas:

I - As alterações promovidas nas transferências constitucionais e legais decorrentes da Emenda Constitucional nº 108 de 26 de agosto de 2020 e Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020;

II – O plano anual de contratações anual previsto no inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, caso tenha sido elaborado para o exercício de 2024.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

Art. 8º O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2023, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município para o exercício de 2024.

Parágrafo único. Os Consórcios Públicos vinculados à administração indireta do Município deverão observar a mesma data de envio do *caput*, das respectivas propostas orçamentárias para fins de consolidação da proposta orçamentária do Município.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO**  
**ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**Seção I**  
**Das Diretrizes Gerais**

Art. 10 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



Art. 12 O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de elaboração do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.


§1º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

§2º A programação dos investimentos para o exercício do ano 2024, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de convênios e outros ajustes de transferências voluntárias específicas.

§3º As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos de Lei Orçamentária Anual do Município, alterando se necessário, os valores consignados no PPA do Município, promovendo sua atualização.

§4º É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos, para pagamento de parcela, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação, na hipótese de existência de operação de crédito contratada.

§5º Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com pagamento a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos próprios provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com Órgãos ou Entidades de Direito Público ou Privado, pelo Órgão ou pela Entidade a que pertence o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 16 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

I – Celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – Sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres de servidores, excetuadas as hipóteses destinadas ao atendimento da educação infantil;

Art. 18 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham, de forma não cumulativa, a uma das seguintes condições:


I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, extensão, promoção e desenvolvimento rural;

II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – Sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

V - Se enquadrem nas hipóteses de parceria reguladas pela lei nº 13.019/2014;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º A concessão das subvenções deverá ainda, conforme a hipótese de concessão, observar as normas estabelecidas na Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 20 É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades de direito privado, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em Conselho de Assistência Social de qualquer dos níveis da Federação;

III – Associações microrregionais, estaduais e nacionais;

IV - Consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, instituídos na forma da Lei nº 11.107, de 2005;

V – Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§1º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.


§2º As vedações constantes do *caput* deste artigo não se aplicam às entidades de direito público, inclusive nas hipóteses de empresas públicas e sociedades de economia mista.

§3º Será permitida a concessão dos seguintes auxílios às pessoas físicas, sem prejuízo daqueles previstos em lei municipal específica:

I – Auxílio moradia;

II – Auxílio transporte;

III – Auxílios destinados à assistência;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) médica, ambulatorial e hospitalar;
- b) de diagnósticos e exames;
- c) medicamentos;

IV – Materiais de construção para reforma e/ou construção de moradias populares no âmbito da política municipal de habitação.

V – Demais auxílios e benefícios de caráter eventual estabelecidos em lei municipal.

§4º As concessões de que tratam o §3º deste artigo somente serão realizadas às pessoas físicas mediante laudo da assistência social atestando a necessidade de atendimento do cidadão observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias específicas, ressalvadas as hipóteses do inciso III, em que deverão ser atendidos os requisitos do art. 2º da Lei Complementar nº 141, de 2012, e resolução regulamentadora a ser expedida pelo Conselho Municipal de Saúde.

§5º Os auxílios de que tratam o §3º deste artigo poderão ser concedidos mediante pagamento financeiro diretamente ao beneficiário, ou mediante ao terceiro que irá realizar o benefício ao cidadão ou, ainda, mediante utilização de bens, serviços e equipamentos do Município em favor do cidadão.

Art. 21 O Poder Executivo poderá realizar custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que sejam atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - Dotação orçamentária prévia e com saldo suficiente para a cobertura dos gastos;
- II - Formalização de termo de convênio acompanhado do respectivo plano de trabalho;
- III - Justificativa do interesse público na formalização do convênio.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo é realizada nos termos e para os fins do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22 Os beneficiados com recursos públicos submeter-se-ão à fiscalização do Município, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente na forma e prazo estabelecidos no instrumento firmado, observadas, conforme o caso, as disposições do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e/ou pela Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais normas de controle social, transparência e prestação de contas.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



Art. 23 A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Art. 24 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§2º Os decretos de abertura de créditos suplementares, que tenham por fundamento autorização na lei orçamentária anual, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa.

§3º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.


§4º O Poder Executivo Municipal poderá realizar a repriorização, total ou parcial, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e créditos adicionais, nas seguintes hipóteses:

I - Remanejamento de recursos de um Órgão para outro Órgão.

II - Transposição através da realocação no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo Órgão.

III - Transferência através da realocação de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo Órgão e do mesmo programa de trabalho.

§5º A repriorização prevista no §4º deste artigo será realizada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e estará vinculada à extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário,

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



limitada, em qualquer caso, à trinta por cento do valor total da receita estimada constante da lei orçamentária de 2024.

§6º Fica autorizada a realização de alteração de fontes de recursos discriminados na lei orçamentária para execução de determinado elemento de despesa, que será efetivada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e não constituirá abertura de crédito adicional, nem tão pouco caracterizará a repriorização prevista no §4º deste artigo.

§7º A criação de fonte de recurso, desde que não importe na criação de novos programa e/ou ações, fica autorizada mediante expedição de Decreto específico.

§8º A criação de elemento de despesa, desde que não incorra na criação de novos programas e/ou ações, será realizada por meio de crédito suplementar, aberto por Decreto expedido pelo Executivo Municipal.

§9º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2024 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§10 Poderá ser realizado o remanejamento de recursos orçamentários sem acréscimo da despesa autorizada no mesmo Grupo de Despesa e mesmo projeto/atividade, através de decreto executivo


§11 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Executivo Municipal para elaboração da lei que por sua vez deverá observar o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido, para envio à Câmara Municipal.

§12 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Prefeito Municipal.

§13 Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais, legais ou contratuais

do Município; e

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§14 As despesas descritas no §12 deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§15 Na execução das despesas constantes do §12 deste artigo, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2024 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 A Lei Orçamentária de 2024 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios ou requisições de pequeno valor cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:


- I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II- Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§1º A inclusão de dotações na lei orçamentária de 2024 destinadas ao pagamento de precatórios observará a redação do art. 100 da Constituição da República mediante a inclusão de créditos correspondentes aos valores a serem despendidos no exercício financeiro de 2024, observadas as normas específicas expedidas pelo Poder Judiciário.

§2º O órgão jurídico da Prefeitura Municipal comunicará ao órgão central de contabilidade, no prazo máximo de quinze dias úteis contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, bem como complementação de informações faltantes.

§3º As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas às requisições de pequeno valor, deverão ser integralmente previstas como despesas em favor dos Tribunais que proferirem as decisões exequendas.

§5º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios e as requisições de pequeno valor à apreciação do Órgão Jurídico Municipal pelo prazo de até 30 (trinta) dias, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

#### DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 26 O Poder Executivo fará publicar até 30 de novembro de 2023, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.


§1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2023, projetada para o exercício de 2024, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

§2º Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 27. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores em caráter permanente se:

- I – existirem cargos vagos a preencher;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X e 169, §1º, inc. II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam autorizadas a realização de concurso público, processo seletivo simplificado, designação pública de pessoal, concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, adequação de vencimentos de cargos e funções públicas para atendimento de piso salariais fixados nacionalmente por lei federal vinculada ao serviço público e que, cumulativamente, atenda ao disposto na Emenda Constitucional nº 128/2022, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Ficam também autorizados, no exercício de 2024, a adequação dos vencimentos dos cargos e das carreiras da administração pública municipal face a piso que sejam estabelecidos por lei de caráter nacional, desde que previamente atendido o disposto na Emenda Constitucional nº 128/2022 e, ainda, desde que vinculados à existência de disponibilidade orçamentária e que sejam atendidos os limites de despesa de pessoal preconizados na Lei Complementar nº 101/200 e alterações.

§2º Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no caput deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2024 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 29 No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento das áreas de educação, saúde, assistência social ou ainda nas hipóteses de serviços públicos essenciais ou nas hipóteses de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.


Art. 30 O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito exclusivo de aplicação do previsto no *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 31 No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

Parágrafo único. Na estimativa de que trata o *caput*, deverá ser considerada a despesa com a remuneração do mês em referência dos servidores efetivos, comissionados e os contratados temporariamente, incluídos os encargos e provisões de férias acrescidas de um terço e décimo terceiro salário.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 Poderão ser inscritas em dívida flutuante as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§2º Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§4º O órgão de contabilidade deverá proceder a anulação dos saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

Art. 33 Considera-se contraída a obrigação:

I - No momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere na hipótese de obrigação de origem contratual;


II - Relativas à pessoal:

a) no primeiro dia útil do exercício relativo aos servidores efetivos e os estáveis na forma do art. 10 do ADCT da Constituição da República de 1988;

b) no ato da nomeação para os servidores ocupantes de cargo em comissão;

c) na data da formalização do contrato na hipótese de pessoal temporário;

§1º No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§2º Os encargos previdenciários e demais encargos remuneratórios tais como férias, abono de férias, décimo terceiro salários e demais vantagens vinculadas à remuneração deverão observar os mesmos critérios indicados no inciso II do *caput* deste artigo.

§3º Na apuração das despesas contraídas deverão ser consideradas como processadas e não processadas individualizadas pela respectiva fonte de recurso.

Art. 34 A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

§1º Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

§2º As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2024.


## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária deverá ser editada com o atendimento das exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Na hipótese em que o benefício a ser concedido não importe em reflexo fiscal em mais de um exercício financeiro ou que não seja possível apurar o respectivo montante do benefício no ato de expedição da lei, fica autorizada a elaboração/formalização das estimativas e demonstrações previstas no *caput* e §§1º e 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 ao final do processo de concessão do benefício.

§2º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 36 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37 Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias ou diminuição da receita, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definidas no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei dispendo sobre autorização de abertura para créditos adicionais, modalidade suplementar e/ou especial ou ainda para os projetos que não gerem impacto financeiro e orçamentário no exercício que entrar em vigor e nos dois seguintes.

Art. 38 O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do respectivo projeto de lei no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único. Os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais da LDO, mesmo depois de aprovados poderão ser revistos mediante lei específica, que demonstre a metodologia de cálculo que motivou a sua alteração.

Art. 39 Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da

Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o §1º deste artigo, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

§3º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 excluídas:

- I - As despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;
- II - As demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Art. 40 Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 41 Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 42 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 43 Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, cronograma anual de

Miauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§1º Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá as metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44 Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro de 2024.

-Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 46 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 47 Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

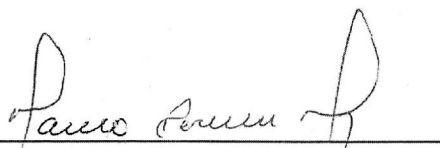
  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

Art. 48 Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 49 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Doce, 18 de Maio de 2023.

Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE CERTIDÃO</p> <p>Certifico que o presente documento foi publicado em <u>18/05/2023</u> através de fixação no Quadro de Avisos no saguão da Prefeitura Municipal</p> <p>Firmo a presente. Rio Doce, <u>18/05/23</u></p> <p><u>Mauro Pereira Martins</u> 1476-1 Assinatura/Assinatura do Responsável</p>
---

**PROJETO DE LEI**  
**CAMARA MUNICIPAL**  
**DE RIO DOCE**

---

---

---

---

---

---

---

**LDO – Lei de Diretrizes**  
**Orçamentária**

Peça de planejamento que dita as normas para a confecção do Orçamento Anual.

---

---

---

---

---

---

---

**RESUMO**

- Estrutura para a classificação contábil e financeira para a confecção do orçamento;
- Destino de no mínimo 25% para a educação e 15% para a saúde atendendo a constituição;
- Prazo da proposta orçamentária do Legislativo até 31/07, tendo como limite o cálculo art. 29A da constituição;

---

---

---

---

---

---

---



Lei nº 1.114 de 18 de Maio de 2023.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei  
orçamentária de 2024 e dá outras providências.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DOCE***

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2024, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – A estrutura e organização dos orçamentos;
- III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV – As disposições para transferências voluntárias e auxílios;
- V – As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - As disposições sobre a dívida pública municipal; e
- IX - As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

- a) metas fiscais elaboradas em conformidade com os §§1º e 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) riscos e eventos fiscais elaborados em conformidade com o §3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



CAPÍTULO II  
DAS PRIORIDADES E METAS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO  
ORÇAMENTO

Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2024, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



§4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa, no mínimo, por:

- I - órgão e unidade orçamentária;
- II - função;
- III - subfunção;
- IV - programa;
- V - ação, atividade, projeto e operação especial;
- VI - categoria econômica;
- VII - grupo de natureza de despesa;
- VIII - modalidade de aplicação;
- IX - aplicação programada de recursos e origem das fontes de recursos.


Parágrafo único. Os grupos de despesa serão organizados segundo as categorias abaixo:

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Juros e encargos da dívida;
- III - Outras despesas correntes;
- IV - Investimentos;
- V - Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição;
- VI - Amortização da dívida; e,
- VII - Reserva de contingência.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público:

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - A concessão de auxílios financeiros, contribuições e de subvenções sociais e econômicas;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



II – Ao pagamento de precatórios e requisições de pagamento de pequeno valor expedidas pelo Poder Judiciário, e,

III – As despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da lei;

III – Quadros orçamentários consolidados;

IV – Anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

§1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – Evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;

II – Evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – Resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

IV – Resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;


V – Receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

VI – Receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;

VII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

VIII – Despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

X – Programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

§2º As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no art. 166, §3º, da Constituição Federal e na alínea “b” do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

- I - dotações com recursos vinculados;
- II - dotações referentes à contrapartida;
- III - dotações referentes a obras em andamento; e
- IV - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

§3º A proposta orçamentária de 2024 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

§4º A autorização a que se refere o §3º deverá observar limites distintos de abertura entre as diversas fontes previstas nos incisos I a IV do §1º do art. 43 da Lei nº 4320/1964, especialmente quanto a apuração de superavit financeiro e/ou excesso de arrecadação.


§4º O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§5º A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2024, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, b e § 3º, da Constituição Federal.

§6º Na elaboração da proposta orçamentária deverão ser observadas:

I - As alterações promovidas nas transferências constitucionais e legais decorrentes da Emenda Constitucional nº 108 de 26 de agosto de 2020 e Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020;

II – O plano anual de contratações anual previsto no inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, caso tenha sido elaborado para o exercício de 2024.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



Art. 8º O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2023, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município para o exercício de 2024.

Parágrafo único. Os Consórcios Públicos vinculados à administração indireta do Município deverão observar a mesma data de envio do *caput*, das respectivas propostas orçamentárias para fins de consolidação da proposta orçamentária do Município.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

##### **Seção I**

##### **Das Diretrizes Gerais**

Art. 10 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.


Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



Art. 12 O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de elaboração do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.


§1º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

§2º A programação dos investimentos para o exercício do ano 2024, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de convênios e outros ajustes de transferências voluntárias específicas.

§3º As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos de Lei Orçamentária Anual do Município, alterando se necessário, os valores consignados no PPA do Município, promovendo sua atualização.

§4º É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos, para pagamento de parcela, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação, na hipótese de existência de operação de crédito contratada.

§5º Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com pagamento a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos próprios provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com Órgãos ou Entidades de Direito Público ou Privado, pelo Órgão ou pela Entidade a que pertence o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 16 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

I – Celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – Sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres de servidores, excetuadas as hipóteses destinadas ao atendimento da educação infantil;

Art. 18 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham, de forma não cumulativa, a uma das seguintes condições:


I – Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, extensão, promoção e desenvolvimento rural;

II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – Sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

V - Se enquadrem nas hipóteses de parceria reguladas pela lei nº 13.019/2014;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º A concessão das subvenções deverá ainda, conforme a hipótese de concessão, observar as normas estabelecidas na Lei nº 13.019, de 2014.

Art. 20 É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades de direito privado, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em Conselho de Assistência Social de qualquer dos níveis da Federação;

III – Associações microrregionais, estaduais e nacionais;

IV - Consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, instituídos na forma da Lei nº 11.107, de 2005;

V – Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§1º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§2º As vedações constantes do *caput* deste artigo não se aplicam às entidades de direito público, inclusive nas hipóteses de empresas públicas e sociedades de economia mista.

§3º Será permitida a concessão dos seguintes auxílios às pessoas físicas, sem prejuízo daqueles previstos em lei municipal específica:

I – Auxílio moradia;

II – Auxílio transporte;

III – Auxílios destinados à assistência;

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) médica, ambulatorial e hospitalar;
- b) de diagnósticos e exames;
- c) medicamentos;

IV – Materiais de construção para reforma e/ou construção de moradias populares no âmbito da política municipal de habitação.

V – Demais auxílios e benefícios de caráter eventual estabelecidos em lei municipal.

§4º As concessões de que tratam o §3º deste artigo somente serão realizadas às pessoas físicas mediante laudo da assistência social atestando a necessidade de atendimento do cidadão observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias específicas, ressalvadas as hipóteses do inciso III, em que deverão ser atendidos os requisitos do art. 2º da Lei Complementar nº 141, de 2012, e resolução regulamentadora a ser expedida pelo Conselho Municipal de Saúde.

§5º Os auxílios de que tratam o §3º deste artigo poderão ser concedidos mediante pagamento financeiro diretamente ao beneficiário, ou mediante ao terceiro que irá realizar o benefício ao cidadão ou, ainda, mediante utilização de bens, serviços e equipamentos do Município em favor do cidadão.

Art. 21 O Poder Executivo poderá realizar custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que sejam atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - Dotação orçamentária prévia e com saldo suficiente para a cobertura dos gastos;
- II - Formalização de termo de convênio acompanhado do respectivo plano de trabalho;
- III - Justificativa do interesse público na formalização do convênio.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo é realizada nos termos e para os fins do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22 Os beneficiados com recursos públicos submeter-se-ão à fiscalização do Município, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente na forma e prazo estabelecidos no instrumento firmado, observadas, conforme o caso, as disposições do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e/ou pela Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais normas de controle social, transparência e prestação de contas.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

Art. 23 A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Art. 24 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§2º Os decretos de abertura de créditos suplementares, que tenham por fundamento autorização na lei orçamentária anual, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa.

§3º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.


§4º O Poder Executivo Municipal poderá realizar a repriorização, total ou parcial, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e créditos adicionais, nas seguintes hipóteses:

I - Remanejamento de recursos de um Órgão para outro Órgão.

II - Transposição através da realocação no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo Órgão.

III - Transferência através da realocação de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo Órgão e do mesmo programa de trabalho.

§5º A repriorização prevista no §4º deste artigo será realizada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e estará vinculada à extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário,

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



limitada, em qualquer caso, à trinta por cento do valor total da receita estimada constante da lei orçamentária de 2024.

§6º Fica autorizada a realização de alteração de fontes de recursos discriminados na lei orçamentária para execução de determinado elemento de despesa, que será efetivada mediante decreto expedido pelo Executivo Municipal e não constituirá abertura de crédito adicional, nem tão pouco caracterizará a repriorização prevista no §4º deste artigo.

§7º A criação de fonte de recurso, desde que não importe na criação de novos programas e/ou ações, fica autorizada mediante expedição de Decreto específico.

§8º A criação de elemento de despesa, desde que não incorra na criação de novos programas e/ou ações, será realizada por meio de crédito suplementar, aberto por Decreto expedido pelo Executivo Municipal.

§9º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2024 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§10 Poderá ser realizado o remanejamento de recursos orçamentários sem acréscimo da despesa autorizada no mesmo Grupo de Despesa e mesmo projeto/atividade, através de decreto executivo

§11 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Executivo Municipal para elaboração da lei que por sua vez deverá observar o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido, para envio à Câmara Municipal.

§12 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Prefeito Municipal.

§13 Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais, legais ou contratuais

do Município; e

Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§14 As despesas descritas no §12 deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§15 Na execução das despesas constantes do §12 deste artigo, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2024 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 A Lei Orçamentária de 2024 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios ou requisições de pequeno valor cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;


II- Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§1º A inclusão de dotações na lei orçamentária de 2024 destinadas ao pagamento de precatórios observará a redação do art. 100 da Constituição da República mediante a inclusão de créditos correspondentes aos valores a serem despendidos no exercício financeiro de 2024, observadas as normas específicas expedidas pelo Poder Judiciário.

§2º O órgão jurídico da Prefeitura Municipal comunicará ao órgão central de contabilidade, no prazo máximo de quinze dias úteis contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, bem como complementação de informações faltantes.

§3º As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas às requisições de pequeno valor, deverão ser integralmente previstas como despesas em favor dos Tribunais que proferirem as decisões exequendas.

§5º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios e as requisições de pequeno valor à apreciação do Órgão Jurídico Municipal pelo prazo de até 30 (trinta) dias, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS**  
**DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 26 O Poder Executivo fará publicar até 30 de novembro de 2023, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.


§1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2023, projetada para o exercício de 2024, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

§2º Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 27. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores em caráter permanente se:

- I – existirem cargos vagos a preencher;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X e 169, §1º, inc. II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam autorizadas a realização de concurso público, processo seletivo simplificado, designação pública de pessoal, concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, adequação de vencimentos de cargos e funções públicas para atendimento de piso salariais fixados nacionalmente por lei federal vinculada ao serviço público e que, cumulativamente, atenda ao disposto na Emenda Constitucional nº 128/2022, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Ficam também autorizados, no exercício de 2024, a adequação dos vencimentos dos cargos e das carreiras da administração pública municipal face a piso que sejam estabelecidos por lei de caráter nacional, desde que previamente atendido o disposto na Emenda Constitucional nº 128/2022 e, ainda, desde que vinculados à existência de disponibilidade orçamentária e que sejam atendidos os limites de despesa de pessoal preconizados na Lei Complementar nº 101/200 e alterações.

§2º Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no caput deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2024 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 29 No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento das áreas de educação, saúde, assistência social ou ainda nas hipóteses de serviços públicos essenciais ou nas hipóteses de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.


Art. 30 O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito exclusivo de aplicação do previsto no *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 31 No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Parágrafo único. Na estimativa de que trata o *caput*, deverá ser considerada a despesa com a remuneração do mês em referência dos servidores efetivos, comissionados e os contratados temporariamente, incluídos os encargos e provisões de férias acrescidas de um terço e décimo terceiro salário.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 Poderão ser inscritas em dívida flutuante as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§2º Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§4º O órgão de contabilidade deverá proceder a anulação dos saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

Art. 33 Considera-se contraída a obrigação:

I - No momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere na hipótese de obrigação de origem contratual;


II - Relativas à pessoal:

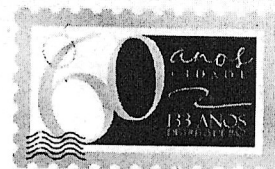
a) no primeiro dia útil do exercício relativo aos servidores efetivos e os estáveis na forma do art. 10 do ADCT da Constituição da República de 1988;

b) no ato da nomeação para os servidores ocupantes de cargo em comissão;

c) na data da formalização do contrato na hipótese de pessoal temporário;

§1º No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§2º Os encargos previdenciários e demais encargos remuneratórios tais como férias, abono de férias, décimo terceiro salários e demais vantagens vinculadas à remuneração deverão observar os mesmos critérios indicados no inciso II do *caput* deste artigo.

§3º Na apuração das despesas contraídas deverão ser consideradas como processadas e não processadas individualizadas pela respectiva fonte de recurso.

Art. 34 A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

§1º Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

§2º As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2024.


## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária deverá ser editada com o atendimento das exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Na hipótese em que o benefício a ser concedido não importe em reflexo fiscal em mais de um exercício financeiro ou que não seja possível apurar o respectivo montante do benefício no ato de expedição da lei, fica autorizada a elaboração/formalização das estimativas e demonstrações previstas no *caput* e §§1º e 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 ao final do processo de concessão do benefício.

§2º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG





# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 36 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37 Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias ou diminuição da receita, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definidas no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei dispendo sobre autorização de abertura para créditos adicionais, modalidade suplementar e/ou especial ou ainda para os projetos que não gerem impacto financeiro e orçamentário no exercício que entrar em vigor e nos dois seguintes.

Art. 38 O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do respectivo projeto de lei no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único. Os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais da LDO, mesmo depois de aprovados poderão ser revistos mediante lei específica, que demonstre a metodologia de cálculo que motivou a sua alteração.

Art. 39 Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da



Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o §1º deste artigo, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

§3º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 excluídas:


- I - As despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;
- II - As demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Art. 40 Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 41 Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 42 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 43 Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, cronograma anual de

  
Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



# MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§1º Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá as metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44 Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro de 2024.

Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 46 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 47 Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG

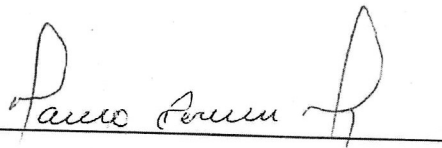


Art. 48 Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 49 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Doce, 18 de Maio de 2023.

Maurp Pereira Martins  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Rio Doce-MG



Mauro Pereira Martins  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE**  
**CERTIDÃO**  
Certifico que o presente documento foi publicado em 18/05/2023 através de fixação no quadro de avisos no saguão da Prefeitura Municipal.  
Firmo a presente.  
Rio Doce, 18/05/23  
Mauro Pereira Martins  
Assinatura/Manuseio do Responsável



PROJETO DE LEI  
CAMARA MUNICIPAL  
DE RIO DOCE

---

---

---

---

---

---

---

---

LDO – Lei de Diretrizes  
Orçamentária

Peça de planejamento que dita as normas  
para a confecção do Orçamento Anual.

---

---

---

---

---

---

---

---

RESUMO

- Estrutura para a classificação contábil e financeira para a confecção do orçamento;
- Destino de no mínimo 25% para a educação e 15% para a saúde atendendo a constituição;
- Prazo da proposta orçamentária do Legislativo até 31/07, tendo como limite o cálculo art. 29A da constituição;

---

---

---

---

---

---

---

---

**RESUMO**

- Art 19 e 20 citam os pré-requisitos para que se destinem verbas a título de subvenções, contribuições e auxílios a pessoa física (médica, assistencial, moradia, transporte, etc.;
- Art. 22 Os beneficiados com recursos públicos submeter-se-ão à fiscalização do Município, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente na forma e prazo estabelecidos no instrumento firmado;

---

---

---

---

---

---

---

**RESUMO**

- Prazo de até 30 de novembro de 2023 para o executivo publicar a tabela de cargos efetivos e comissionados, demonstrando quais estão ocupados e quais estão vagos;
- Ambos os poderes deverão obedecer o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para o gasto com pessoal. Executivo até 54% e Legislativo até 6% da Receita Corrente Líquida estimada;

---

---

---

---

---

---

---

**RESUMO**

- Art 28 autoriza a realização de concurso público, processo seletivo simplificado, designação pública de pessoal, etc.;
- Toda a despesa com pessoal deverá ser empenhada por estimativa em janeiro/2024;
- Não se pode aprovar projeto de lei que implique em aumento de despesas ou diminuição da receita, sem a estimativa do impacto orçamentário e financeiro definidas no art. 16 da LRF;

---

---

---

---

---

---

---

QUADRO VALORES DE  
ORÇAMENTOS ANUAIS DO  
MUNICÍPIO

- 2021 → R\$ 31.079.560,53 (R\$ 27.020.550,31) \*1
- 2022 → R\$ 31.079.560,53 (R\$ 39.669.626,62) +3
- 2023 → R\$ 56.200.170,00 (R\$ 11.136.778,84)
- 2024 → R\$ 57.736.237,75

---

---

---

---

---

---

---

---



MUNICÍPIO DE RIO DOCE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2024

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, §1º)

R\$ 1,00

Especificação	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	57.736.237,75	55.729.959,22	0,000	141,836	59.326.283,79	55.489.205,25	0,000	140,264	61.224.726,03	55.489.347,11	0,000	140,264
Receitas Primárias (I)	57.056.139,25	55.073.493,48	0,000	140,166	58.622.381,85	54.830.829,96	0,000	138,599	60.498.299,20	54.830.970,13	0,000	138,599
Receitas Primárias Correntes	40.026.139,25	38.635.269,55	0,000	103,600	41.592.381,85	38.902.288,59	0,000	106,915	42.923.338,11	38.902.387,35	0,000	110,336
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.910.400,00	13.427.027,03	0,000	34,173	14.397.263,99	13.466.084,26	0,000	34,039	14.857.976,47	13.466.118,47	0,000	34,039
Transferências Correntes	23.724.855,00	22.900.439,19	0,000	58,283	24.720.592,68	23.121.667,96	0,000	58,446	25.511.610,37	23.121.746,64	0,000	58,446
Demais Receitas Primárias Correntes	2.390.884,25	2.416.892,21	0,000	5,874	2.474.565,18	2.500.648,79	0,000	5,851	2.553.751,27	2.314.522,25	0,000	5,851
Receitas Primárias de Capital	17.030.000,00	16.438.223,94	0,000	41,836	17.030.000,00	15.928.541,36	0,000	40,264	17.574.961,09	15.928.582,77	0,000	40,264
Despesa Total	57.736.237,75	55.729.959,22	0,000	140,328	58.705.078,32	54.908.177,82	0,000	140,264	61.224.726,03	55.489.347,11	0,000	140,264
Despesas Primárias (II)	57.122.194,11	55.137.253,00	0,000	141,836	59.326.283,79	55.489.205,25	0,000	138,795	61.224.726,03	54.908.318,21	0,000	138,795
Despesas Primárias Correntes	32.805.841,63	31.665.870,30	0,000	103,600	34.177.804,08	31.967.267,53	0,000	106,915	35.271.494,96	31.967.349,70	0,000	110,336
Pessoal e Encargos Sociais	17.504.333,22	16.896.074,54	0,000	43,002	18.255.094,39	17.074.399,65	0,000	41,385	18.839.257,65	17.074.443,20	0,000	43,160
Outras Despesas Correntes	15.301.508,41	14.769.795,76	0,000	37,590	15.922.709,69	14.892.867,88	0,000	36,177	16.432.237,31	14.892.906,49	0,000	37,646
Despesas Primárias de Capital	24.301.352,48	23.466.903,94	0,000	59,699	24.512.274,24	22.926.880,46	0,000	57,954	25.296.667,02	22.926.938,64	0,000	57,954
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (II) = (I - II)	(66.054,86)	(63.759,52)	0,000	(0,162)	(82.696,47)	(77.347,87)	0,000	(0,199)	(85.342,78)	(77.348,08)	0,000	(0,199)
Divida Pública Consolidada (DPC)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Divida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024		2025		2026	
Inflação média (% anual)		3,600		3,200		3,200
Receita Corrente Líquida	40.706.237,75		42.296.283,79		43.649.764,94	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	45.323.237,75	46.913.283,79	48.414.508,94
Receita Tributária	13.910.400,00	14.397.263,99	14.857.976,47
Receita de Contribuição	26.944,25	27.887,29	28.779,68
Receita Patrimonial	680.098,50	703.901,94	726.426,83
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	187.335,00	193.891,72	200.096,26
Transferências Correntes	28.341.855,00	29.337.552,68	30.276.354,37
Outras Receitas Correntes	2.176.605,00	2.252.786,17	2.324.875,33
DEDUÇÕES (II)	(4.617.000,00)	(4.617.000,00)	(4.764.744,00)
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	(4.617.000,00)	(4.617.000,00)	(4.764.744,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	40.706.237,75	42.296.283,79	43.649.764,94

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2024

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C): Realização da despesa por: Liquidação

AMF - Desmonstrativo 2 (LRF, art.4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	43.697.000,00	.....	164,48	0,00	.....	0,00	(43.697.000,00)	(100,000)
Receitas Primárias (I)	43.657.237,75	.....	164,33	0,00	.....	0,00	(43.657.237,75)	(100,000)
Despesa Total	43.663.536,25	.....	164,35	0,00	.....	0,00	(43.663.536,25)	(100,000)
Despesas Primárias (II)	43.145.116,25	.....	162,40	0,00	.....	0,00	(43.145.116,25)	(100,000)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	512.121,50	.....	1,93	0,00	.....	0,00	(512.121,50)	(100,000)
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	.....	0,00	0,00	.....	0,00	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	.....	0,00	0,00	.....	0,00	0,00	0,000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	.....	0,00	0,00	.....	0,00	0,00	0,000



MUNICÍPIO DE RIO DOCE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2024

ARF (LRF, art. 4º, §3º)

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ocorrência de epidemias que ensejem situação de emergência sanitária.	400.000,00	Anulação de dotações orçamentárias, utilização de reserva de contingência e/ou limitação de empenhos.	400.000,00
Avarias provocadas no período chuvosos em estradas, pontes e vias públicas municipais.	200.000,00	Anulação de dotações orçamentárias, utilização de reserva de contingência e/ou limitação de empenhos.	200.000,00
Frustração na arrecadação de tributos municipais, notadamente do ISSQN	1.000.000,00	Anulação de dotações orçamentárias, utilização de reserva de contingência e/ou limitação de empenhos.	1.000.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.600.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.600.000,00</b>

MUNICÍPIO DE RIO DOCE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2024

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

Identificação	2022	2021	2020
Saldo anterior	66.889,71	68.765,32	2.746,00
Alienação ativos (+)	0,00	0,00	66.010,00
Rentabilidade aplicações (+)	2.227,50	1.629,39	15,66
Retiradas (-)	(68.114,45)	(3.505,00)	(6,34)
Saldo final	1.002,76	66.889,71	68.765,32

## Evolução do Patrimônio Líquido

AMF – Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)  
Exercício de 2024

Patrimônio Líquido	2022	2021
Resultado Acumulado	51.005.279,19	35.724.108,18
Total	51.005.279,19	35.724.108,18



**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2024

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes											
	2021		2022		2023		2024		2025		2026	
Receita Total	31.079.560,53	43.697.000,00	56.200.170,00	28.610	57.736.237,75	58.326.283,79	2.730	61.224.726,03	3.200			
Receitas Primárias (I)	31.050.380,53	43.657.237,75	55.543.070,00	27.230	57.056.139,25	58.622.381,85	2.720	60.498.299,20	3.200			
Despesa Total	31.079.560,53	43.663.536,25	56.200.170,00	28.710	57.736.237,75	58.326.283,79	2.730	61.224.726,03	3.200			
Despesas Primárias (II)	30.913.560,53	43.145.116,25	55.593.046,00	28.850	57.122.194,11	58.705.078,32	2.750	60.583.641,98	3.200			
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	136.820,00	512.121,50	(49.976,00)	(109,760)	(66.054,86)	(82.696,47)	32,170	(85.342,78)	3.200			
Divida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Divida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Especificação	Valores a Preços Constantes											
	2021		2022		2023		2024		2025		2026	
Receita Total	32.972.305,77	45.007.910,00	56.200.170,00	24,870	55.729.959,22	55.489.205,25	(0,840)	55.489.347,11	0,000			
Receitas Primárias (I)	32.941.348,70	44.966.954,88	55.543.070,00	23,520	55.073.493,48	54.830.829,96	(0,850)	54.830.970,13	0,000			
Despesa Total	32.972.305,77	44.973.442,34	56.200.170,00	24,960	55.729.959,22	55.489.205,25	(0,840)	55.489.347,11	0,000			
Despesas Primárias (II)	32.796.196,57	44.439.469,74	55.593.046,00	25,100	55.137.253,00	54.908.177,82	(0,820)	54.908.318,21	0,000			
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	145.152,34	527.485,14	(49.976,00)	(109,470)	(63.759,52)	(77.347,87)	27,690	(77.348,08)	0,000			
Divida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000			
Divida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000			
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000			

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
3,000	3,000	3,000	3,600	3,200	3,200

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>			
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITAS	57.736.237,75	59.326.283,79	61.224.726,03
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 Receitas Correntes	45.323.237,75	46.913.283,79	48.414.508,94
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.910.400,00	14.397.263,99	14.857.976,47
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 Impostos	13.711.680,00	14.191.588,81	14.645.719,67
4.1.1.1.2.00.0.0.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio	202.860,00	209.960,11	216.678,84
4.1.1.1.2.50.0.0.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	99.360,00	102.837,60	106.128,40
4.1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	72.450,00	74.985,75	77.385,30
4.1.1.1.2.50.0.1.01.00.00 IPTU - Principal - Livre 60%	39.847,50	41.242,16	42.561,91
4.1.1.1.2.50.0.1.02.00.00 IPTU - Principal - Educação 25%	19.561,50	20.246,15	20.894,03
4.1.1.1.2.50.0.1.03.00.00 IPTU - Principal - Saúde 15%	13.041,00	13.497,44	13.929,20
4.1.1.1.2.50.0.2.00.00.00 IPTU - Multas e Juros	1.035,00	1.071,22	1.105,00
4.1.1.1.2.50.0.2.01.00.00 IPTU - Multas e Juros - Livre 60%	569,25	589,17	608,02
4.1.1.1.2.50.0.2.02.00.00 IPTU - Multas e Juros - Educação 25%	279,45	289,23	298,49
4.1.1.1.2.50.0.2.03.00.00 IPTU - Multas e Juros - Saúde 15%	186,30	192,82	198,99
4.1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 IPTU - Dívida Ativa	15.525,00	16.068,38	16.582,56
4.1.1.1.2.50.0.3.01.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Livre 60%	8.538,75	8.837,61	9.120,41
4.1.1.1.2.50.0.3.02.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Educação 25%	4.191,75	4.338,46	4.477,29
4.1.1.1.2.50.0.3.03.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Saúde 15%	2.794,50	2.892,31	2.984,86
4.1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Multas	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.1.1.2.50.0.4.01.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Multas - Livre 60%	5.692,50	5.891,74	6.080,28
4.1.1.1.2.50.0.4.02.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Multas - Educação 25%	2.794,50	2.892,31	2.984,86
4.1.1.1.2.50.0.4.03.00.00 IPTU - Dívida Ativa - Multas - Saúde 15%	1.863,00	1.928,20	1.989,90
4.1.1.1.2.53.0.0.00.00.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis	103.500,00	107.122,51	110.550,44
4.1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis	103.500,00	107.122,51	110.550,44
4.1.1.1.2.53.0.1.01.00.00 ITBI - Principal - Livre 60%	56.925,00	58.917,38	60.802,74
4.1.1.1.2.53.0.1.02.00.00 ITBI - Principal - Educação 25%	27.945,00	28.923,08	29.848,62
4.1.1.1.2.53.0.1.03.00.00 ITBI - Principal - Saúde 15%	18.630,00	19.282,05	19.899,08
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza:	393.300,00	407.065,50	420.091,60
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	393.300,00	407.065,50	420.091,60
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	362.250,00	374.928,75	386.926,47
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -	362.250,00	374.928,75	386.926,47
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.01 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -	199.237,50	206.210,81	212.809,56
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.02 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -	97.807,50	101.230,76	104.470,14
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.03 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -	65.205,00	67.487,18	69.646,77
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.01 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	17.077,50	17.675,21	18.240,82
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.02 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	8.383,50	8.676,92	8.954,58
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.03 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	5.589,00	5.784,62	5.969,73
4.1.1.1.4.00.0.0.00.00.00 Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	13.115.520,00	13.574.563,20	14.008.949,23
4.1.1.1.4.51.0.0.00.00.00 Impostos sobre Serviços	13.115.520,00	13.574.563,20	14.008.949,23
4.1.1.1.4.51.1.0.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	13.115.520,00	13.574.563,20	14.008.949,23
4.1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	12.937.500,00	13.390.312,51	13.818.802,51
4.1.1.1.4.51.1.1.01.00.00 ISS-QN - Principal - Livre 60%	7.115.625,00	7.364.671,88	7.600.341,38
4.1.1.1.4.51.1.1.02.00.00 ISS-QN - Principal - Educação 25%	3.493.125,00	3.615.384,38	3.731.076,68
4.1.1.1.4.51.1.1.03.00.00 ISS-QN - Principal - Saúde 15%	2.328.750,00	2.410.256,25	2.487.384,45
4.1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 ISS-QN - Multas e Juros	175.950,00	182.108,25	187.935,72
4.1.1.1.4.51.1.2.01.00.00 ISS-QN - Multas e Juros - Livre 60%	96.772,50	100.159,54	103.364,65
4.1.1.1.4.51.1.2.02.00.00 ISS-QN - Multas e Juros - Educação 25%	47.506,50	49.169,23	50.742,65
4.1.1.1.4.51.1.2.03.00.00 ISS-QN - Multas e Juros - Saúde 15%	31.671,00	32.779,48	33.828,42
4.1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 ISS-QN - Dívida Ativa	1.035,00	1.071,22	1.105,50



**Estado de Minas Gerais**  
**MUNICIPIO DE RIO DOCE**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>				
4.1.1.1.4.51.1.3.01.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Livre 60%	569,25	589,17	608,02
4.1.1.1.4.51.1.3.02.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Educação 25%	279,45	289,23	298,49
4.1.1.1.4.51.1.3.03.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Saúde 15%	186,30	192,82	198,99
4.1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Multas e Juros.	1.035,00	1.071,22	1.105,50
4.1.1.1.4.51.1.4.01.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Livre 60%.	569,25	589,17	608,02
4.1.1.1.4.51.1.4.02.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educação 25%	279,45	289,23	298,49
4.1.1.1.4.51.1.4.03.00.00	ISS-QN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saúde 15%.	186,30	192,82	198,99
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	<b>Taxas</b>	198.720,00	205.675,18	212.256,80
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.1.2.1.01.0.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	193.545,00	200.319,06	206.729,28
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	193.545,00	200.319,06	206.729,28
4.1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	186.300,00	192.820,50	198.990,76
4.1.1.2.2.01.0.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	1.035,00	1.071,22	1.105,50
4.1.1.2.2.01.0.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.1.2.2.01.0.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	1.035,00	1.071,22	1.105,50
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	<b>Contribuições</b>	26.944,25	27.887,29	28.779,68
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	26.944,25	27.887,29	28.779,68
4.1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	26.944,25	27.887,29	28.779,68
4.1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	26.944,25	27.887,29	28.779,68
4.1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	26.944,25	27.887,29	28.779,68
4.1.2.4.1.50.0.1.00.00.01	Contribuição CIP - Principal	25.875,00	26.780,62	27.637,60
4.1.2.4.1.50.0.1.00.00.02	Contribuição Custeio Iluminação Pública - MJM Pr	51,75	53,56	55,27
4.1.2.4.1.50.0.1.00.00.03	Contribuição Custeio Iluminação Pública - Dívida Ativa	500,00	517,50	534,06
4.1.2.4.1.50.0.1.00.00.04	Contribuição Custeio Iluminação Pública - MJM Dí	517,50	535,61	552,75
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	<b>Receita Patrimonial</b>	680.098,50	703.901,94	726.426,83
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	680.098,50	703.901,94	726.426,83
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	680.098,50	703.901,94	726.426,83
4.1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	680.098,50	703.901,94	726.426,83
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	680.098,50	703.901,94	726.426,83
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.01	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte100	238.050,00	246.381,75	254.265,97
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.02	Remuneração Depósitos Bancários-F101	113.850,00	117.834,75	121.605,46
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.03	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte 102	15.525,00	16.068,38	16.582,57
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.04	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte116	1.242,00	1.285,47	1.326,61
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.05	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte118	25.875,00	26.780,62	27.637,60
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.08	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte124	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.09	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte 129	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.10	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte 144	1.035,00	1.071,22	1.105,50
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.11	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte145	2.587,50	2.678,06	2.763,76
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.13	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte147	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.18	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte155	144.900,00	149.971,50	154.770,59
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.19	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte156	7.245,00	7.498,58	7.738,53
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.20	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte157	103,50	107,12	110,55
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.21	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte192	2.587,50	2.678,06	2.763,76
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.22	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte106	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.23	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte108	724,50	749,86	773,86
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.24	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte159	44.505,00	46.062,68	47.536,69
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.25	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte146	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.26	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte154	103,50	107,12	110,55
4.1.3.2.1.01.0.1.00.00.28	Remuneração Depósitos Bancários - Fonte153	36.225,00	37.492,88	38.692,65







## Estado de Minas Gerais

## MUNICÍPIO DE RIO DOCE

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>			
4.1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	36.225,00	37.492,88	38.692,65
4.1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	36.225,00	37.492,88	38.692,65
4.1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	155.250,00	160.683,75	165.825,63
4.1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	155.250,00	160.683,75	165.825,63
4.1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	155.250,00	160.683,75	165.825,63
4.1.7.1.7.00.0.0.00.00.00	103.500,00	107.122,50	110.550,42
4.1.7.1.7.52.0.0.00.00.00	103.500,00	107.122,50	110.550,42
4.1.7.1.7.52.0.1.00.00.00	103.500,00	107.122,50	110.550,42
4.1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.1.9.99.0.0.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.1.9.99.0.1.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	6.261.750,00	6.480.911,25	6.688.300,40
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	5.578.650,00	5.773.902,75	5.958.667,63
4.1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	5.175.000,00	5.356.125,00	5.527.521,00
4.1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	5.175.000,00	5.356.125,00	5.527.521,00
4.1.7.2.1.50.0.1.01.00.00	2.846.250,00	2.945.868,75	3.040.136,55
4.1.7.2.1.50.0.1.02.00.00	1.397.250,00	1.446.153,75	1.492.430,67
4.1.7.2.1.50.0.1.03.00.00	931.500,00	964.102,50	994.953,78
4.1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	341.550,00	353.504,25	364.816,38
4.1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	341.550,00	353.504,25	364.816,38
4.1.7.2.1.51.0.1.01.00.00	187.852,50	194.427,34	200.649,01
4.1.7.2.1.51.0.1.02.00.00	92.218,50	95.446,15	98.500,43
4.1.7.2.1.51.0.1.03.00.00	61.479,00	63.630,76	65.666,94
4.1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	51.750,00	53.561,25	55.275,21
4.1.7.2.1.52.0.1.00.00.00	51.750,00	53.561,25	55.275,21
4.1.7.2.1.52.0.1.01.00.00	28.462,50	29.458,69	30.401,37
4.1.7.2.1.52.0.1.02.00.00	13.972,50	14.461,54	14.924,31
4.1.7.2.1.52.0.1.03.00.00	9.315,00	9.641,02	9.949,53
4.1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.7.2.3.00.0.0.00.00.00	517.500,00	535.612,50	552.752,10
4.1.7.2.3.50.0.0.00.00.00	517.500,00	535.612,50	552.752,10
4.1.7.2.3.50.0.1.00.00.00	517.500,00	535.612,50	552.752,10
4.1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	165.600,00	171.396,00	176.880,67
4.1.7.2.9.51.0.0.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.2.9.51.0.1.00.00.00	31.050,00	32.136,75	33.165,13
4.1.7.2.9.52.0.0.00.00.00	124.200,00	128.547,00	132.660,50
4.1.7.2.9.52.0.1.00.00.00	124.200,00	128.547,00	132.660,50
4.1.7.2.9.99.0.0.00.00.00	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.7.2.9.99.0.1.00.00.00	10.350,00	10.712,25	11.055,04
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	2.070.000,00	2.142.450,00	2.211.008,40
4.1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	2.070.000,00	2.142.450,00	2.211.008,40
4.1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	2.070.000,00	2.142.450,00	2.211.008,40
4.1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	2.070.000,00	2.142.450,00	2.211.008,40
4.1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	1.966.500,00	2.035.327,50	2.100.457,98
4.1.7.5.1.50.0.1.02.00.00	103.500,00	107.122,50	110.550,42
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	2.176.605,00	2.252.786,17	2.324.875,33
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	2.070,00	2.142,45	2.211,01
4.1.9.1.1.00.0.0.00.00.00	2.070,00	2.142,45	2.211,01



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>				
4.1.9.1.1.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	2.070,00	2.142,45	2.211,01
4.1.9.1.1.01.0.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.070,00	2.142,45	2.211,01
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.112.435,00	2.186.370,22	2.256.334,07
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	37.260,00	38.564,10	39.798,15
4.1.9.2.1.01.0.0.00.00.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	37.260,00	38.564,10	39.798,15
4.1.9.2.1.01.0.1.00.00.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Púb	37.260,00	38.564,10	39.798,15
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	2.075.175,00	2.147.806,12	2.216.535,92
4.1.9.2.2.06.0.0.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.9.2.2.06.3.0.00.00.00	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteri	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.9.2.2.06.3.1.00.00.00	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Ante	5.175,00	5.356,12	5.527,52
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	2.070.000,00	2.142.450,00	2.211.008,40
4.1.9.2.2.99.0.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	2.070.000,00	2.142.450,00	2.211.008,40
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	62.100,00	64.273,50	66.330,25
4.1.9.9.9.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	62.100,00	64.273,50	66.330,25
4.1.9.9.9.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	62.100,00	64.273,50	66.330,25
4.1.9.9.9.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pe	62.100,00	64.273,50	66.330,25
4.1.9.9.9.99.2.1.00.00.00	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas p	62.100,00	64.273,50	66.330,25
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	17.030.000,00	17.030.000,00	17.574.961,09
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	350.000,00	350.000,00	361.200,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.2.1.3.01.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.2.1.3.01.0.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00	309.600,00
4.2.2.2.1.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00	309.600,00
4.2.2.2.1.01.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00	309.600,00
4.2.2.2.1.01.0.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	300.000,00	300.000,00	309.600,00
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	16.680.000,00	16.680.000,00	17.213.761,09
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	710.000,00	710.000,00	732.720,00
4.2.4.1.1.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	25.000,00	25.000,00	25.800,00
4.2.4.1.1.51.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	25.000,00	25.000,00	25.800,00
4.2.4.1.1.51.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação c	25.000,00	25.000,00	25.800,00
4.2.4.1.1.51.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação	25.000,00	25.000,00	25.800,00
4.2.4.1.2.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.4.1.2.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.4.1.2.50.9.0.00.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de Educ	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.4.1.2.50.9.1.00.00.00	Outras transferências destinadas a Programas de Edu	50.000,00	50.000,00	51.600,00
4.2.4.1.4.00.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	635.000,00	635.000,00	655.320,00
4.2.4.1.4.50.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Ú	25.000,00	25.000,00	25.800,00
4.2.4.1.4.50.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistem	25.000,00	25.000,00	25.800,00
4.2.4.1.4.51.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Proj	10.000,00	10.000,00	10.320,00
4.2.4.1.4.51.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a P	10.000,00	10.000,00	10.320,00
4.2.4.1.4.52.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Proj	200.000,00	200.000,00	206.400,00
4.2.4.1.4.52.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a P	200.000,00	200.000,00	206.400,00
4.2.4.1.4.54.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Proj	200.000,00	200.000,00	206.400,00
4.2.4.1.4.54.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a P	200.000,00	200.000,00	206.400,00
4.2.4.1.4.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas	200.000,00	200.000,00	206.400,00
4.2.4.1.4.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Su	200.000,00	200.000,00	206.400,00
4.2.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	970.000,00	970.000,00	1.001.041,09
4.2.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	620.000,00	620.000,00	639.840,00
4.2.2.2.50.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistem	10.000,00	10.000,00	10.320,00



## Estado de Minas Gerais

## MUNICIPIO DE RIO DOCE

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>			
4.2.4.2.2.50.0.1.00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.320,00
4.2.4.2.2.51.0.0.00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.320,00
4.2.4.2.2.51.0.1.00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.320,00
4.2.4.2.2.52.0.0.00.00.00	100.000,00	100.000,00	103.200,00
4.2.4.2.2.52.0.1.00.00.00	100.000,00	100.000,00	103.200,00
4.2.4.2.2.54.0.0.00.00.00	400.000,00	400.000,00	412.800,00
4.2.4.2.2.54.0.1.00.00.00	400.000,00	400.000,00	412.800,00
4.2.4.2.2.99.0.0.00.00.00	100.000,00	100.000,00	103.200,00
4.2.4.2.2.99.0.1.00.00.00	100.000,00	100.000,00	103.200,00
4.2.4.2.9.99.0.0.00.00.00	350.000,00	350.000,00	361.201,09
4.2.4.2.9.99.0.1.00.00.00	350.000,00	350.000,00	361.201,09
4.2.4.2.9.99.0.1.00.00.00	350.000,00	350.000,00	361.201,09
4.2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	15.000.000,00	15.000.000,00	15.480.000,00
4.2.4.4.1.00.0.0.00.00.00	15.000.000,00	15.000.000,00	15.480.000,00
4.2.4.4.1.51.0.0.00.00.00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.096.000,00
4.2.4.4.1.51.0.1.00.00.00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.096.000,00
4.2.4.4.1.99.0.0.00.00.00	12.000.000,00	12.000.000,00	12.384.000,00
4.2.4.4.1.99.0.1.00.00.00	12.000.000,00	12.000.000,00	12.384.000,00
4.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(4.617.000,00)	(4.617.000,00)	(4.764.744,00)
4.9.5.0.00.0.0.00.00.00	(4.617.000,00)	(4.617.000,00)	(4.764.744,00)
4.9.5.1.0.00.0.0.00.00.00	(4.617.000,00)	(4.617.000,00)	(4.764.744,00)
4.9.5.1.7.00.0.0.00.00.00	(4.617.000,00)	(4.617.000,00)	(4.764.744,00)
4.9.5.1.7.11.0.0.00.00.00	(3.541.000,00)	(3.541.000,00)	(3.654.312,00)
4.9.5.1.7.11.5.0.00.00.00	(3.541.000,00)	(3.541.000,00)	(3.654.312,00)
4.9.5.1.7.11.5.1.00.00.00	(3.540.000,00)	(3.540.000,00)	(3.653.280,00)
4.9.5.1.7.11.5.1.11.00.00	(3.540.000,00)	(3.540.000,00)	(3.653.280,00)
4.9.5.1.7.11.5.2.00.00.00	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.032,00)
4.9.5.1.7.11.5.2.01.00.00	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.032,00)
4.9.5.1.7.21.0.0.00.00.00	(1.076.000,00)	(1.076.000,00)	(1.110.432,00)
4.9.5.1.7.21.5.0.00.00.00	(1.076.000,00)	(1.076.000,00)	(1.110.432,00)
4.9.5.1.7.21.5.0.01.00.00	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)	(1.032.000,00)
4.9.5.1.7.21.5.1.00.00.00	(66.000,00)	(66.000,00)	(68.112,00)
4.9.5.1.7.21.5.1.01.00.00	(66.000,00)	(66.000,00)	(68.112,00)
4.9.5.1.7.21.5.2.00.00.00	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.320,00)
4.9.5.1.7.21.5.2.01.00.00	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.320,00)
<b>Total entidade:</b>	<b>57.736.237,75</b>	<b>59.326.283,79</b>	<b>61.224.726,03</b>
<b>Total geral:</b>	<b>57.736.237,75</b>	<b>59.326.283,79</b>	<b>61.224.726,03</b>

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2024	2025	2026
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	32.177.435,27	33.532.723,50	34.605.771,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.054.699,86	17.789.793,86	18.359.067,51
Transf.a Consórcios Públicos-Contrato de Rateio	183.240,98	188.029,66	194.046,62
Rateio pela Participação em Consórcio Público	183.240,98	188.029,66	194.046,62
Aplicações Diretas	16.801.385,24	17.529.237,98	18.090.173,83
Contratação por Tempo Determinado	2.698.943,72	2.797.137,76	2.886.646,26
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.567.579,69	12.075.212,19	12.461.619,06
Obrigações Patronais	2.426.182,43	2.544.519,48	2.625.944,17
Indenizações e Restituições Trabalhistas	107.644,40	111.297,33	114.858,84
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.035,00	1.071,22	1.105,50
Aplicação Direta Decorrente Operação entre Órgãos	70.073,64	72.526,22	74.847,06
Contratação por Tempo Determinado	70.073,64	72.526,22	74.847,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	134.550,00	139.259,25	143.715,55
Aplicações Diretas	134.550,00	139.259,25	143.715,55
Juros sobre a Dívida por Contrato	41.400,00	42.849,00	44.220,17
Outros Encargos s/ a Dívida por Contrato	93.150,00	96.410,25	99.495,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.988.185,41	15.603.670,39	16.102.988,75
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	172.845,00	178.894,58	184.619,21
Contribuições	172.845,00	178.894,58	184.619,21
Transferências a Municípios	4.934,04	4.975,48	5.134,70
Contribuições	4.934,04	4.975,48	5.134,70
Transferências a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos	806.414,04	844.638,53	871.666,96
Contribuições	90.090,54	93.243,71	96.227,51
Subvenções Sociais	716.323,50	751.394,82	775.439,45
Transferências a Instituições Multigovernamentais	8.000,00	10.000,00	10.320,00
Contribuições	8.000,00	10.000,00	10.320,00
Transf.a Consórcios Públicos-Contrato de Rateio	1.937.987,31	2.005.060,87	2.069.222,82
Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.937.987,31	2.005.060,87	2.069.222,82
Aplicações Diretas	12.058.005,02	12.560.100,93	12.962.025,06
Diárias - Pessoal Civil	94.849,35	98.466,44	101.617,51
Auxílio Financeiro a Estudantes	322.009,20	333.279,52	343.944,47
Material de Consumo	3.546.284,77	3.708.906,75	3.827.591,93
Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport	19.300,84	19.975,51	20.614,74
Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	477.495,50	494.206,08	510.020,68
Passagens e Despesas com Locomoção	9.648,08	10.280,06	10.609,18
Serviços de Consultoria	254.200,14	263.097,14	271.516,26
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	465.296,73	504.913,55	521.071,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.635.600,34	5.850.555,23	6.037.773,08
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç	299.938,58	310.392,68	320.325,25
Auxílio-alimentação	376.740,00	389.925,90	402.403,53
Obrigações Tributárias e Contributivas	397.363,38	411.305,22	424.466,99
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	122.255,34	126.505,40	130.553,58
Sentenças Judiciais	6.764,92	7.000,82	7.224,86
Despesas de Exercícios Anteriores	14.285,57	14.760,20	15.232,57
Indenizações e Restituições	15.972,28	16.530,43	17.059,42
DESPESAS DE CAPITAL (II)	24.600.772,48	24.811.694,24	25.605.668,46
INVESTIMENTOS	24.191.252,48	24.402.174,24	25.183.043,82
Transf. a Consórcios Públicos-Contrato de Rateio	629.846,50	629.846,50	650.001,59



Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE RIO DOCE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2024	2025	2026
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>			
Rateio pela Participação em Consórcio Público	629.846,50	629.846,50	650.001,59
Aplicações Diretas	23.561.405,98	23.772.327,74	24.533.042,23
Obras e Instalações	21.310.112,50	21.309.746,43	21.991.658,32
Equipamentos e Material Permanente	2.246.452,23	2.457.595,16	2.536.238,20
Aquisição de Imóveis	4.841,25	4.986,15	5.145,71
INVERSÕES FINANCEIRAS	100,00	100,00	103,20
Aplicações Diretas	100,00	100,00	103,20
Aquisição de Imóveis	100,00	100,00	103,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	409.420,00	409.420,00	422.521,44
Aplicações Diretas	409.420,00	409.420,00	422.521,44
Principal da Dívida Contratual Resgatado	409.420,00	409.420,00	422.521,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	15.000,00	15.000,00	15.480,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	15.000,00	15.000,00	15.480,00
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	15.000,00	15.000,00	15.480,00
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	15.000,00	15.000,00	15.480,00
<b>Total da entidade:</b>	<b>56.793.207,75</b>	<b>58.359.417,74</b>	<b>60.226.920,27</b>
<b>2 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOCE</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	833.030,00	856.866,05	884.285,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	519.707,00	537.826,75	555.037,20
Aplicações Diretas	519.707,00	537.826,75	555.037,20
Contratação por Tempo Determinado	10.350,00	10.712,25	11.055,04
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	414.000,00	428.490,00	442.201,68
Obrigações Patronais	93.357,00	96.624,50	99.716,48
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	1.000,00	1.032,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	1.000,00	1.032,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	313.323,00	319.039,30	329.248,56
Aplicações Diretas	313.323,00	319.039,30	329.248,56
Diárias - Pessoal Civil	15.000,00	15.000,00	15.480,00
Material de Consumo	31.464,00	32.565,24	33.607,33
Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00	1.000,00	1.032,00
Serviços de Consultoria	70.000,00	70.000,00	72.240,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.700,00	21.424,50	22.110,08
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	107.019,00	110.764,66	114.309,13
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	55.000,00	55.000,00	56.760,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	4.140,00	4.284,90	4.422,02
Sentenças Judiciais	3.000,00	3.000,00	3.096,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.000,00	3.000,00	3.096,00
Indenizações e Restituições	3.000,00	3.000,00	3.096,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	110.000,00	110.000,00	113.520,00
INVESTIMENTOS	110.000,00	110.000,00	113.520,00
Aplicações Diretas	110.000,00	110.000,00	113.520,00
Obras e Instalações	30.000,00	30.000,00	30.960,00
Equipamentos e Material Permanente	80.000,00	80.000,00	82.560,00
<b>Total da entidade:</b>	<b>943.030,00</b>	<b>966.866,05</b>	<b>997.805,76</b>
<b>Total geral:</b>	<b>57.736.237,75</b>	<b>59.326.283,79</b>	<b>61.224.726,03</b>











3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2021	9.667.918,46	----
2022	11.095.730,11	14,77
2023	14.995.297,67	35,14
2024	15.301.508,41	2,04
2025	15.922.709,69	4,06
2026	16.432.237,31	3,20

Nota:

Fixacao da despesa para o exercicio de 2024

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

Seleção: Alteração em 15/04/2023 (C)

4.1.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2021	25.901.760,53	----
2022	30.034.000,00	15,95
2023	43.787.170,00	45,79
2024	45.323.237,75	3,51
2025	46.913.283,79	3,51
2026	48.414.508,94	3,20

Nota:  
INFLAÇÃO E PIB